26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 - Política e Economia da Informação

FRAGILIDADE ARQUIVÍSTICA INSTITUCIONAL COMO RISCO ESTRUTURALMENTE PRODUZIDO: DIAGNÓSTICOS DE ARQUIVOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTIONAL ARCHIVAL FRAGILITY AS A STRUCTURALLY PRODUCED RISK: DIAGNOSES OF ARCHIVES AFFECTED BY THE 2024 FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL

Evelin Mintegui - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Roberta Pinto Medeiros - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Elisângela Gorete Fantinel - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Bruno Henrique Machado - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Ana Laura Bonini Rodrigues de Souza – Universidade Estadual Paulista (UNESP**)**

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024 atingiram arquivos públicos e acervos documentais vinculados a diferentes áreas da administração pública, evidenciando fragilidades institucionais relacionadas à preservação documental e à gestão da informação. Neste trabalho, analisam-se três diagnósticos arquivísticos desenvolvidos em instituições atingidas pelos eventos climáticos extremos: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Rio Grande do Sul e a Escola Estadual Barão de Cerro Largo. O objetivo do estudo é refletir sobre como a vulnerabilidade dos arquivos públicos compromete capacidades estatais de continuidade administrativa, coordenação institucional e garantia de direitos em contextos de crise climática. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida a partir de estudo de casos múltiplos, com base em análise documental, observação direta, registros fotográficos e relatórios técnicos produzidos nos contextos analisados. O referencial teórico articula contribuições da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Sociologia do Risco, mobilizando discussões sobre políticas arquivísticas, materialidade da informação, governança e capacidade institucional. Os resultados demonstram que os danos documentais observados não decorrem exclusivamente dos eventos climáticos, mas de vulnerabilidades previamente produzidas por ausência de gestão documental, insuficiência de infraestrutura arquivística, descontinuidade administrativa e baixa prioridade atribuída às políticas arquivísticas. Conclui-se que a fragilidade arquivística institucional constitui elemento crítico para a compreensão dos impactos da crise climática sobre as capacidades informacionais do Estado.

Palavras-chave: Políticas públicas arquivísticas; Fragilidade; Desastres climáticos.

Abstract: The floods that occurred in Rio Grande do Sul in 2024 affected public archives and documentary collections linked to various areas of public administration, highlighting

institutional weaknesses related to document preservation and information management. This study analyzes three archival assessments conducted at institutions affected by extreme weather events: the National Institute of Colonization and Agrarian Reform, the Federal Superintendence of Agriculture and Livestock in Rio Grande do Sul, and the Barão de Cerro Largo State School. The objective of the study is to reflect on how the vulnerability of public archives compromises state capacities for administrative continuity, institutional coordination, and the guarantee of rights in contexts of climate crisis. The research is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive, developed through multiple case studies based on documentary analysis, direct observation, photographic records, and technical reports produced in the analyzed contexts. The theoretical framework integrates contributions from Information Science, Archival Science, and the Sociology of Risk, drawing on discussions regarding archival policies, the materiality of information, governance, and institutional capacity. The results show that the damage to records observed is not solely the result of climate events, but rather of vulnerabilities that had previously arisen due to a lack of records management, inadequate archival infrastructure, administrative discontinuity, and the low priority given to archival policies. It is concluded that institutional archival fragility is a critical factor in understanding the impacts of the climate crisis on the State's informational capacities.

Keywords: Institutional archival fragility; Archival public policies; Climate disasters

1 INTRODUÇÃO

Em 2024, eventos climáticos extremos atingiram quase todo o Rio Grande do Sul, especialmente a Bacia Hidrográfica do Guaíba, região estratégica e densamente ocupada. As enchentes foram agravadas pelo grande volume de chuvas e pela dificuldade de escoamento das águas da Lagoa dos Patos em direção ao Oceano Atlântico, devido à ação de ventos do quadrante Sul. 345 dos 497 municípios do estado foram afetados (BBC News Brasil, 2024; SGB, 2024).

Embora locais, tais eventos podem ser compreendidos como a expressão de uma crise climática de dimensão global, a tempos presente nas discussões de política internacional. Tais ocorrências demonstram a articulação entre fragilidades ambientais urbanas e informacionais. O impacto de nível ecológico também reverbera em infraestruturas públicas, sistemas administrativos, no ciclo informacional, e, destacamos aqui, na preservação documental e a consequente capacidade institucional de responder a tais eventos.

Neste trabalho, analisam-se três diagnósticos arquivísticos, com o objetivo de refletir sobre como a vulnerabilidade de documentos arquivísticos públicos compromete a resposta estatal em contextos de crise climática.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida a partir de estudo de casos múltiplos envolvendo instituições públicas e educacionais atingidas pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024. O trabalho parte da análise de três experiências relacionadas aos impactos dos eventos climáticos extremos sobre arquivos públicos e acervos documentais: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS), a Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária (SFA/RS), localizadas na capital do Estado, e a Escola Estadual Barão de Cerro Largo, ligada ao sistema estadual de ensino, localizada no município de Rio Grande/RS. Com isso, pretendemos ampliar o escopo das esferas de responsabilidade sobre tais conjuntos documentais.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a investigação fundamenta-se em análise documental e análise de diagnósticos arquivísticos produzidos nos contextos institucionais estudados. Os diagnósticos arquivísticos constituem a principal fonte empírica desta pesquisa. Assim, a unidade de análise não corresponde diretamente aos acervos documentais atingidos, mas aos registros técnicos produzidos sobre eles, examinados comparativamente com o objetivo de identificar evidências de fragilidade arquivística institucional. A análise documental envolveu relatórios técnicos, registros fotográficos, documentos institucionais, normativas arquivísticas e na materialização de diagnósticos voltados para a recuperação de acervos atingidos pelas enchentes, resultado da atuação dos autores nos contextos estudados. Os diagnósticos arquivísticos foram utilizados não apenas como instrumentos técnicos de preservação, mas como evidências empíricas das fragilidades estruturais e institucionais que atravessam as políticas de gestão documental e preservação em contextos de desastre ambiental.

A seleção dos casos ocorreu por conveniência, considerando a disponibilidade dos diagnósticos arquivísticos produzidos em instituições efetivamente atingidas pelas enchentes de 2024 e a possibilidade de acesso aos respectivos relatórios técnicos. A escolha não buscou representatividade estatística, mas a identificação de situações empíricas capazes de evidenciar diferentes manifestações da fragilidade arquivística institucional em contextos reais de desastre. Os três casos foram selecionados por pertencerem a distintos campos de atuação da administração pública (política agrária, fiscalização agropecuária e educação), permitindo observar a ocorrência do fenômeno em diferentes contextos organizacionais.

Os diagnósticos analisados não foram produzidos a partir de um protocolo único de pesquisa. Foram tratados como fontes documentais que registram as condições observadas

nos acervos após o evento climático extremo. Assim, a unidade de análise não corresponde aos acervos em si, mas aos registros produzidos sobre eles, examinados de forma comparativa com o objetivo de identificar vulnerabilidades recorrentes e discutir suas implicações para as políticas arquivísticas e para a capacidade institucional do Estado.

Em razão disso, a pesquisa não busca comparar diretamente os acervos entre si, mas sim os registros técnicos sobre eles produzidos. Dada a natureza exploratória do estudo e das características do fenômeno investigado, não se buscou estabelecer relações causais, realizar generalizações estatísticas ou desenvolver acompanhamento longitudinal. O objetivo consiste em compreender e interpretar evidências empíricas produzidas em contextos específicos, contribuindo para a construção analítica do conceito de fragilidade arquivística institucional.

2 FRAGILIDADE ARQUIVÍSTICA INSTITUCIONAL

As políticas públicas são definidas como diretrizes elaboradas para o tratamento ou a resolução de problemas entendidos como coletivamente relevantes, configurando o Estado em ação ao implementar projetos de governo por meio de decisões que afetam diversos setores da sociedade (Secchi; Coelho; Pires, 2020; Souza, 2006).

No campo documental, as políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões fundamentais das políticas de informação, referindo-se ao conjunto de premissas, decisões e ações estatais relacionadas aos aspectos administrativos, legais e tecnológicos da produção, uso e preservação da informação. Nesse contexto, os arquivos atuam como infraestrutura estratégica do Estado, fornecendo suporte à eficiência administrativa, à transparência pública e à garantia de direitos fundamentais, como o acesso à informação e a preservação da memória pública (Jardim, 2006).

Além disso, as políticas públicas arquivísticas caracterizam-se por seu elevado grau de transversalidade, uma vez que a informação arquivística constitui elemento indispensável à execução de diversas outras políticas públicas. Dessa forma, áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, cultura e ciência dependem, em diferentes níveis, da capacidade estatal de produzir, organizar, preservar e acessar informações confiáveis. As políticas arquivísticas, portanto, não se restringem ao funcionamento interno das instituições de arquivo, mas atravessam diferentes setores da administração pública, influenciando processos decisórios, mecanismos de transparência, continuidade administrativa e a própria

capacidade do Estado de formular e implementar ações públicas de maneira efetiva (Jardim, 2006).

Os documentos de arquivo constituem elemento central das dinâmicas contemporâneas de governança e poder, influenciando diretamente a capacidade institucional de coordenação, tomada de decisão e ação estatal, característica dos Estados contemporâneos, como resultado de políticas de informação (Braman, 2006). Além disso, a preservação da autenticidade documental e da continuidade dos registros é entendida como condição fundamental para a confiabilidade das informações institucionais e para a manutenção das funções administrativas do Estado (Duranti, 1995).

O contexto das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, especialmente no que se refere aos arquivos em suporte papel, evidencia uma condição de vulnerabilidade da informação. Nesse cenário, propõe-se o conceito de fragilidade arquivística institucional, articulando contribuições da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Sociologia do Risco (Beck, 2011). Parte-se da compreensão de que a informação depende de infraestruturas materiais, sistemas sociotécnicos, práticas institucionais e relações de poder que condicionam sua produção, preservação e uso social (Braman, 2006; Frohmann, 2004).

A contribuição de Frohmann (2004) é relevante nesta lógica por afirmar que a materialidade da informação precisa ser considerada como dimensão constitutiva dos regimes de informação. Para o autor, a informação adquire estabilidade e autoridade social por meio de redes institucionais, dispositivos técnicos e práticas documentais que sustentam sua circulação e legitimidade. Já a contribuição de Braman (2006) enfatiza que a informação constitui recurso estratégico de poder, sendo organizada e controlada por estruturas políticas e administrativas capazes de influenciar processos sociais, econômicos e estatais. Desta maneira, discutir informação proveniente de documentos de arquivo implica discutir também governança, infraestrutura e capacidade institucional.

Assim, a informação proveniente de documentos de arquivo não circula de maneira neutra: ela é continuamente moldada por disputas institucionais, prioridades administrativas e relações de poder que definem quais memórias serão preservadas e quais grupos terão seus direitos garantidos ou fragilizados.

As transformações contemporâneas do Estado, associadas às reformas gerencialistas e às lógicas de racionalização administrativa, também são relevantes para compreender a fragilidade arquivística institucional. A partir da década de 1990, modelos orientados pela

eficiência operacional, redução de custos e avaliação por desempenho passaram a reorganizar prioridades administrativas do setor público (Bresser-Pereira, 1998). Nesse processo, áreas relacionadas à preservação documental, gestão da informação e manutenção de infraestruturas arquivísticas frequentemente passaram a ser tratadas como setores acessórios ou não estratégicos (por uma concepção enviesada ou pouco clara sobre o que seriam documentos de arquivo). Como consequência, observam-se redução de investimentos contínuos, fragilização de equipes técnicas permanentes e descontinuidade de políticas de preservação, comprometendo capacidades institucionais de prevenção e resposta diante de contextos de crise.

É nesse cenário que a discussão sobre fragilidade arquivística institucional se aproxima da Sociologia do Risco, ao evidenciar que a capacidade de enfrentar desastres contemporâneos depende diretamente das estruturas responsáveis pela produção, preservação e circulação social da informação.

A partir de Beck (2011), compreende-se que os riscos contemporâneos dependem crescentemente de sistemas especializados de produção, circulação e utilização do conhecimento para sua identificação, monitoramento e gestão. Para o autor, os riscos contemporâneos não são apenas eventos naturais isolados, mas consequências produzidas pela própria modernização, associadas à incapacidade das instituições de controlar os efeitos de processos econômicos, tecnológicos e ambientais. Nesse sentido, os desastres climáticos deixam de ser compreendidos como acontecimentos excepcionais e passam a revelar fragilidades estruturais das instituições responsáveis pela proteção da vida social e pela garantia de direitos.

Entretanto, Bosco e Ferreira (2016) apontam limites importantes na teoria de Beck, especialmente quando aplicada aos contextos do Sul Global. Segundo os autores, a ideia de sociedade mundial de risco tende a universalizar a experiência dos riscos contemporâneos a partir de uma perspectiva europeia, tratando-os como se fossem distribuídos de maneira homogênea entre diferentes sociedades. Os autores argumentam que os riscos são atravessados por desigualdades históricas, econômicas e institucionais, fazendo com que determinados países e populações estejam mais expostos às consequências dos desastres e menos preparados para enfrentá-los.

Em relação aos arquivos, Wherli e Sousa (2025) mencionaram as possíveis contribuições da Sociologia dos Desastres (outra forma de referenciar a Sociologia do Risco)

para a compreensão dos silêncios nos arquivos, tomando como ponto de partida o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos e seus impactos sobre os acervos documentais.

A partir de revisão bibliográfica exploratória, os autores identificaram uma lacuna na literatura arquivística quanto à articulação entre desastres e silêncios arquivísticos, propondo aproximar os referenciais da Sociologia dos Desastres e dos estudos sobre silêncios nos arquivos. O texto argumenta que enchentes, incêndios e outros desastres podem produzir ou aprofundar silêncios por meio da destruição documental, comprometendo a preservação da memória, a garantia de direitos e a produção do conhecimento histórico. Neste texto, damos ênfase não ao silenciamento, mas à própria condição de funcionamento das entidades que produzem documentos de arquivo.

Retornando à construção do conceito de fragilidade arquivística institucional, podemos compreendê-lo como a condição de instabilidade dos sistemas, infraestruturas, práticas e capacidades sociotécnicas responsáveis pela sustentação dos fluxos informacionais e documentais arquivísticos, especialmente em contextos de crise, desastre ou instabilidade institucional, resultante de fraquezas de estrutura, tecnologia e gestão organizacional que comprometem a continuidade da administração, a preservação documental, a coordenação institucional e a capacidade de resposta diante de riscos e demandas emergenciais.

Dessa maneira, a fragilidade arquivística institucional não corresponde apenas à vulnerabilidade dos documentos nem ao risco de perda informacional. Trata-se da condição estrutural que reduz a capacidade do Estado de produzir, preservar, recuperar e utilizar evidências documentais necessárias ao exercício de suas funções.

A seguir, apresenta-se o diagnóstico arquivístico de três entidades que tiveram seus acervos atingidos por água no evento climático extremo que provocou a inundação que persistiu por mais de um mês no Rio Grande do Sul, em 2024.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os três casos de diagnósticos analisados.

3.1 CASO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA/RS)

O diagnóstico arquivístico desenvolvido no INCRA/RS, em Porto Alegre, analisou os impactos da enchente de maio de 2024 sobre o arquivo da Superintendência Regional da

autarquia. O acervo atingido reunia processos relacionados à reforma agrária, assentamentos fundiários e atividades administrativas, possuindo valor administrativo, legal, fiscal e histórico.

A metodologia adotada foi qualitativo-descritiva, articulando análise documental, observação direta in loco, registros fotográficos e pesquisa bibliográfica. O estudo foi estruturado em quatro etapas: análise do contexto ambiental e climático, investigação do contexto organizacional, avaliação da infraestrutura física de armazenamento e conservação do acervo e as informações mapeadas subsidiaram a elaboração de um relatório técnico voltado à compreensão dos riscos e ao planejamento das etapas de execução do projeto.

O diagnóstico identificou documentos com mofo, compactados pela ação da água e em estado de fragilidade física avançada, além de sujidade, marcas de inundação nas paredes e móveis do arquivo. Também foram observados fatores agravantes, como incidência de luz solar direta, riscos de vazamento hidráulico, a existência de dutos de água na sala do arquivo e o acúmulo de umidade proveniente da drenagem dos aparelhos de ar-condicionado.

Embora o INCRA possuísse instrumentos de gestão para as funções meio da entidade, não as possuía para os documentos relativos às funções fim. O caso demonstrou fragilidades práticas na preservação documental, ausência de plano de gestão de riscos e carência de arquivistas permanentes. A enchente revelou que o arquivo fundiário constitui infraestrutura estratégica da política agrária brasileira, pois assegura direitos à terra, legitimidade administrativa e memória dos assentamentos rurais. Assim, o desastre tornou público um problema anterior: a insuficiência de políticas arquivísticas preventivas em um órgão federal responsável pela garantia de direitos territoriais. Para além das ações imediatas realizadas no acervo, como a implementação de instrumentos arquivísticos, o tratamento e as ações de conservação e preservação, bem como a ordenação e a identificação dos documentos, o relatório resultante do processo junto ao INCRA propôs ações estruturais, revisão hidráulica e elétrica, transferência ou adequação do arquivo, implementação de plano de gestão de riscos, capacitação de servidores, elaboração de diretrizes operacionais e estratégicas e ampliação da atuação do CONARQ e do Arquivo Nacional para além das respostas emergenciais.

3.2 CASO SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL (SFA/RS)

O caso da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul (SFA/RS), vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, concentrou-se nos impactos da enchente de maio de 2024 sobre o arquivo localizado no térreo da instituição, em Porto Alegre.

Aproximadamente 3.700 caixas de documentos foram atingidas. O acervo era composto por fichas de registro de pescadores, documentos de fiscalização sanitária, processos relacionados a produtos agropecuários, guias de trânsito animal, bem como microfilmes e disquetes com conteúdo ainda não identificado.

A análise feita pelo relatório resultante do diagnóstico arquivístico da SFA/RS adotou abordagem qualitativa e quantitativa, envolvendo levantamento e mapeamento de danos, avaliação do estado de conservação, intervenções de estabilização e aplicação da escala ABC de riscos (Medeiros; Fantinel; Mintegui, 2025). Tal escala permitiu mensurar os riscos incidentes sobre o acervo, tendo sido adaptada das diretrizes da NBR ISO 31000:2018 (ABNT, 2018), a partir de três dimensões: as consequências do evento sobre o acervo (A), a perda do valor informacional dos documentos (B) e a abrangência do impacto no conjunto documental (C). Cada uma dessas dimensões recebe estimativas percentuais capazes de demonstrar a gravidade e o alcance dos riscos identificados.

No caso da SFA/RS, a principal vulnerabilidade identificada não estava associada apenas ao desastre climático, mas à ausência prévia de gestão documental, que recebeu 100% em todas as dimensões da escala ABC, sendo considerado um risco totalizante, com impacto integral sobre o acervo, comprometimento absoluto do valor informacional e abrangência completa sobre a massa documental. Os demais riscos envolveram o estado de conservação do papel, a ação de agentes biológicos, especialmente fungos, e o manuseio inadequado dos documentos danificados, apresentando percentuais elevados de comprometimento. O estado de conservação do suporte documental registrou índices entre 70% e 100%, enquanto os riscos associados à proliferação de fungos e ao manuseio inadequado variaram entre 85% e 100% e entre 90% e 100%, respectivamente.

O estudo identificou degradação severa dos documentos, com esfarelamento, manchas, desbotamento, compactação e intensa proliferação de fungos. Para além dos danos causados pela enchente, o diagnóstico evidenciou problemas estruturais anteriores ao desastre, como a ausência de plano de classificação e tabela de temporalidade para as atividades-fim do órgão, inexistência de arquivistas e falta de protocolos de preservação e emergência. A massa documental acumulada permanecia vulnerável justamente pela ausência de uma política de gestão documental prévia.

Nesse contexto, o arquivo foi compreendido como infraestrutura da política agropecuária e sanitária do Estado, uma vez que sustenta atividades de fiscalização, segurança

alimentar e a própria continuidade administrativa. A enchente, portanto, não criou o problema, mas tornou visível uma fragilidade institucional já existente: a ausência de política arquivística estruturada no âmbito do órgão.

Entre as ações imediatas realizadas estiveram a higienização mecânica com uso de EPIs, aplicação de estabilizadores de fungos, elaboração de inventário documental e implementação de instrumentos arquivísticos para atividades-meio. Como encaminhamentos, o diagnóstico recomendou a elaboração de manuais de preservação e procedimentos arquivísticos, criação de plano de contingência, capacitação de servidores, digitalização segura e contratação de arquivistas.

3.3 CASO ESCOLA ESTADUAL BARÃO DE CERRO LARGO

O diagnóstico arquivístico realizado na Escola Barão de Cerro Largo, por sua vez, trata de acervo arquivístico atingido pela água no município de Rio Grande/RS. O acervo afetado era composto principalmente por prontuários de alunos e outros documentos administrativos em suporte papel. O trabalho foi desenvolvido por meio de um projeto de extensão universitária, a partir de uma abordagem qualitativa baseada em diagnóstico visual, registros fotográficos e ações emergenciais de secagem e higienização documental (Machado; Souza, 2025).

O estudo identificou documentos molhados, sem que a própria instituição soubesse exatamente o que havia sido atingido ou perdido. Para além dos danos físicos causados pela água e pela umidade residual, o caso revelou a ausência de uma política de gestão documental na escola e a inexistência de instrumentos arquivísticos para as atividades-fim no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Entende-se que a enchente não aparece apenas como desastre natural, mas como elemento que tornou visível uma fragilidade institucional já existente, relacionada à ausência de infraestrutura arquivística, de profissionais especializados e de medidas preventivas. Nesse contexto, os prontuários escolares foram compreendidos como infraestrutura da própria gestão educacional, uma vez que garantem matrícula, trajetória escolar e comprovação de vínculos dos estudantes. Sua perda representa risco à memória institucional e à garantia de direitos relacionados à comprovação de que estudantes de fato ali receberam formação.

Como encaminhamento, o diagnóstico propôs a implantação de um programa de gestão documental, a retomada das atividades extensionistas e a solicitação de instrumentos arquivísticos ao órgão estadual responsável.

3.4 ANÁLISE

Os três diagnósticos arquivísticos analisados permitem compreender a fragilidade arquivística institucional como expressão de vulnerabilidades estruturais previamente existentes, intensificadas e tornadas visíveis pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024. Embora vinculados a contextos administrativos distintos (política agrária, fiscalização agropecuária e gestão educacional), os casos do INCRA/RS, da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Rio Grande do Sul (SFA/RS) e da Escola Estadual Barão de Cerro Largo apresentam elementos convergentes relacionados à ausência de políticas arquivísticas estruturadas, quer seja no âmbito federal ou estadual, à precarização das infraestruturas documentais e à limitação da capacidade institucional de resposta diante de contextos de crise.

No caso do INCRA/RS, o diagnóstico revelou documentos atingidos por mofo, compactação e fragilidade do suporte causada pela água, incidência de luz solar direta, riscos hidráulicos e problemas relacionados à climatização do ambiente. Mais do que os danos físicos observados, o estudo identificou a inexistência de instrumentos arquivísticos voltados às atividades-fim da autarquia, ausência de plano de gestão de riscos e carência de arquivistas permanentes. Tais elementos demonstram que o impacto da enchente não decorre exclusivamente do evento climático extremo, mas de uma condição institucional anterior caracterizada pela descontinuidade das políticas arquivísticas e pela insuficiência de medidas preventivas.

Nesse sentido, o caso evidencia que os arquivos não constituem apenas depósitos administrativos, mas infraestruturas informacionais estratégicas da política agrária brasileira, responsáveis por sustentar juridicamente ações de regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos e garantia de direitos territoriais. A fragilidade do acervo compromete, portanto, capacidades estatais de coordenação, governança e continuidade administrativa, conforme discutido por Braman (2006) e Jardim (2006).

Na SFA/RS, os impactos da enchente atingiram aproximadamente 3.700 caixas de documentos relacionados à fiscalização sanitária, controle agropecuário, registros de

pescadores e trânsito animal. O diagnóstico identificou danos que podem comprometer de forma irreversível o acesso à informação, considerando a fragilidade do papel decorrente da acidez residual, as manchas causadas pela lama, a compactação das folhas, o desbotamento da tinta e intensa proliferação de fungos, além da presença de microfilmes e disquetes sem identificação adequada. A aplicação da escala ABC de riscos demonstrou que a principal vulnerabilidade do acervo não estava associada apenas ao desastre climático, mas à ausência prévia de gestão documental, considerada um risco totalizante, com comprometimento integral do valor informacional e abrangência sobre toda a massa documental.

Os danos observados demonstram que a informação arquivística depende de condições materiais concretas para manter sua estabilidade, autenticidade e capacidade de circulação institucional. Fungos, umidade, deterioração do suporte papel e ausência de acondicionamento adequado comprometem não apenas os documentos enquanto objetos físicos, mas a própria possibilidade de utilização social da informação, reforçando a perspectiva de Frohmann (2004) acerca da materialidade dos regimes de informação.

Além disso, o caso da SFA/RS evidencia que a ausência de instrumentos arquivísticos, protocolos de preservação e equipes técnicas permanentes reduz significativamente a capacidade institucional do Estado de responder de maneira coordenada a contextos de crise. A enchente não cria a vulnerabilidade, mas torna pública uma fragilidade previamente produzida por processos históricos de subfinanciamento, baixa prioridade atribuída à gestão documental e descontinuidade administrativa. Assim, os riscos observados aproximam-se da noção de riscos estruturalmente produzidos discutida por Beck (2011) e criticamente reinterpretada por Bosco e Ferreira (2016), segundo os quais os desastres contemporâneos atingem de maneira desigual instituições marcadas por assimetrias históricas, econômicas e estruturais.

No caso da Escola Estadual Barão de Cerro Largo, o diagnóstico revelou documentos molhados, ausência de controle sobre o que havia sido perdido e inexistência de instrumentos arquivísticos voltados às atividades-fim da gestão escolar. Os prontuários dos estudantes, responsáveis por registrar trajetórias escolares, matrículas e vínculos institucionais, encontravam-se expostos a danos provocados pela água e pela umidade residual.

O estudo demonstrou que a escola não possuía infraestrutura arquivística adequada, profissionais especializados ou políticas preventivas capazes de minimizar os impactos do desastre. Nesse contexto, os prontuários escolares foram compreendidos como infraestrutura

da própria política educacional, uma vez que garantem a comprovação da vida escolar e o exercício de direitos associados ao acesso e certificação educacional. A perda ou comprometimento desses documentos afeta diretamente a capacidade institucional do Estado de assegurar continuidade administrativa, memória institucional e garantia de direitos educacionais.

Os três casos analisados demonstram o caráter transversal das políticas arquivísticas (Jardim, 2006), uma vez que a fragilidade documental impacta diretamente diferentes áreas da ação estatal, incluindo educação, política agrária e fiscalização agropecuária. Os arquivos analisados sustentam funções administrativas, regulatórias e de garantia de direitos que ultrapassam o campo arquivístico em sentido estrito. Nessa dinâmica, a ausência de políticas arquivísticas estruturadas compromete não apenas a preservação documental, mas também a capacidade do Estado de formular, executar e coordenar políticas públicas em contextos de crise climática.

Do ponto de vista analítico, os diagnósticos permitem compreender a fragilidade arquivística institucional como resultado da articulação entre vulnerabilidades materiais, descontinuidade das políticas arquivísticas e limitações da capacidade institucional do Estado. Os danos observados evidenciam que a preservação documental depende de infraestruturas sociotécnicas permanentes, capazes de sustentar a continuidade administrativa e a circulação confiável da informação. Assim, os desastres analisados tornam visíveis riscos estruturalmente produzidos por processos históricos de precarização institucional e baixa prioridade atribuída à gestão documental no âmbito das políticas públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes de 2024 evidenciaram que os arquivos públicos integram infraestruturas informacionais estratégicas para a resolução de problemas públicos. A fragilidade das políticas de preservação documental compromete não apenas a memória institucional, mas também capacidades estatais relacionadas à garantia de direitos, à continuidade administrativa e à implementação de políticas públicas em contextos de crise climática.

Aplicada ao contexto dos arquivos atingidos pelas enchentes de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, essa perspectiva desenvolvida neste trabalho permite compreender que os danos documentais não se restringem à perda física do suporte. Diferentes pesquisadores e perspectivas diagnosticaram três arquivos distintos, identificando debilidades muito

semelhantes, com impactos significativos. O comprometimento dos acervos revela fragilidades nas próprias infraestruturas informacionais responsáveis pela garantia de direitos, pela continuidade administrativa e pela memória institucional. Quando um arquivo é destruído ou fragilizado, não é apenas o documento que se perde, mas parte da capacidade do Estado de produzir provas, assegurar direitos e manter suas funções administrativas e sociais.

Os casos analisados demonstram que a vulnerabilidade dos arquivos públicos ultrapassa a dimensão patrimonial, afetando capacidades institucionais relacionadas à continuidade administrativa, à garantia de direitos e à execução de políticas públicas. Assim, os impactos documentais observados nas enchentes de 2024 não podem ser compreendidos apenas como consequências de eventos climáticos extremos. Eles expressam riscos estruturalmente produzidos pela ausência histórica de políticas arquivísticas, pela fragilidade das infraestruturas documentais e pela limitada capacidade estatal de proteger seus próprios sistemas de informação.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. Rio Grande do Sul ainda vai viver muitos eventos extremos, dizem cientistas brasileiras que colaboraram com IPCC. **BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/czkv2mrdv31o. Acesso em: 2 jun. 2026.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOSCO, E.; FERREIRA, L. C. Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios. **Sociologias**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 42, p. 232-264, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/RcnRCjX5WZnqJ7CrdxLQNfh/abstract/?lang=pt Acesso em: 22 maio. 2026.

BRAMAN, S. **Change of state:** information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

DURANTI, L. Reliability and authenticity: the concepts and their implications. **Archivaria**, Ottawa, n. 39, p. 5-10, Spring 1995. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12063 Acesso em: 22 maio. 2026.

FROHMANN, B. **Deflating information:** from science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em:https://www.brapci.inf.br/v/51586. Acesso em: 22 maio 2026.

MACHADO, B. H.; SOUZA, A. L. B. R. Diálogos interdisciplinares: Arquivologia e a História da Educação em prol da recuperação dos documentos arquivísticos do Escola Estadual Ensino Fundamental Barão de Cerro Largo na cidade de Rio Grande, RS. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE ARQUIVOS, 8., 2025, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, no prelo.

MEDEIROS, R. P.; FANTINEL, E. G.; MINTEGUI, E. Impactos de desastres climáticos em acervos documentais: diagnóstico arquivístico e estratégias de recuperação pós-enchente no INCRA-RS. *In:* ENCONTRO EDICIC IBÉRICO, 11., 2025, Porto, Anais [...]. Porto: EDICIC, 2025. Disponível em https://parc.ipp.pt/index.php/edicic/article/view/6941/4044. Acesso em 12 set. 2026.

SECCHI, L.; COELHO, F. S; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage, 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). **Bacia do Guaíba:** características básicas e mapas da bacia hidrográfica do Guaíba. Brasília: SGB, 2024. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/items/36580324-b48c-4a83-af39-b5692ebf59aa Acesso em: 16 maio 2026.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: 10.1590/S1517-45222006000200003 Acesso em: 22 maio. 2026.

WHERLI, R.; SOUSA, R. C. Contribuições da Sociologia do desastre para a compreensão dos silêncios nos arquivos. *In:* SEMINÁRIO REGIONAL DE ARQUIVOS, 8., 2025, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, 2025. No prelo.